

Moderno e pobre, Brasil vai hoje às urnas

Gráficos: Dacosta

Miriam Leitão
e Regina Perez

O Brasil que vai às urnas hoje é radicalmente diferente do país que há 29 anos elegeu pela última vez um presidente da República através do voto direto. Ele se industrializou, a economia cresceu, surgiu o open market. O Produto Interno Bruto do país que elegeu a dobradinha Jânio/Jango em outubro de 1960 e que ficava em torno de US\$ 25 bilhões multiplicou-se por 12 e hoje supera os US\$ 300 bilhões. O país produz hoje computador, avião, a jato e fibra ótica, mas na área social continua com indicadores tão primitivos quanto os do início da década de 60. Por exemplo, a relação entre leitos hospitalares por habitante, ou de escolas por habitante, permanece praticamente a mesma.

A concentração de renda, de que tanto se falou na campanha, é mensurável: houve uma acentuada queda da participação da massa salarial no Produto Interno Bruto. E isto se reflete em todos os indicadores: no início dos anos 60 havia 739 pessoas por unidade escolar e agora essa relação caiu apenas para 696. Com a diferença de que naquela época apenas 9,6% das escolas pertenciam à rede privada, ou seja, existiam mais oportunidades para quem não pudesse pagar. O país ainda carrega a mancha de ter um quinto da população analfabeta, isto é, 30 milhões de pessoas, das quais 17 milhões estão aptas a comparecer hoje às urnas para escolher o próximo presidente. Tal índice de analfabetismo no final do século 20 é consequência da falta de investimentos ou da má aplicação de recursos na área social.

Nas últimas três décadas o país montou um complexo industrial, construiu hidrelétricas gigantes, descobriu reservas petrolíferas, criou o programa do álcool, abriu a Transamazônica e ergueu a ponte Rio-Niterói. Mas, deixou deteriorar o ensino público, privatizou o atendimento hospitalar e promoveu um crescimento desordenado que atraiu a maior parte da população do campo — sem condições de sobrevivência — para o favelamento das grandes cidades. O Brasil que escolhe agora seu presidente tem convivido com inaceitáveis contradições: lança satélites mas só em outubro deste ano tirou da legislação trabalhista o dispositivo que dava aos maridos o direito de pedir a demissão da mulher no emprego, caso este conturbasse a paz doméstica.

Em 1960 existiam 328 habitantes por leito hospitalar e hoje esse número é de 301 habitantes. Considerando que os partos eram feitos em casa e que hoje a medicina dispõe de muito mais recursos científicos que em 60 — quando uma simples pneumonia matava sem que houvesse sequer a internação do doente —, o atendimento hospitalar atualmente é pior, embora mais sofisticado.

A dívida externa, que hoje chega a US\$ 116 bilhões, foi em grande parte contraída na década de 70 e utilizada em investimentos de infra-estrutura, como a geração de energia, extração de petróleo, modernização do sistema de telecomunicações e construção de estradas. Só que o fruto desses investimentos não poderá ser aproveitado pelo próximo presidente. Ao contrário, no cenário do futuro governo prevê-se uma crise energética, o absoluto colapso do programa do álcool, o fim do sonho da auto-suficiência de petróleo, a obsolescência do sistema de telefonia e milhares de quilômetros de estradas esburacadas.

Mesmo com todos esses problemas para enfrentar, o próximo governo que sair das urnas nestas eleições terá uma questão prioritária a enfrentar: resgatar a dívida social. O Brasil, que tem mais aparelhos de televisão nos lares que filtros, e que em dois dias conseguirá com computadores nacionais apurar uma eleição presidencial — a última demandou três meses — só ingressará no século 21 se investir pesadamente na eliminação da pobreza quase medieval em que vivem 50 milhões de brasileiros.

A trajetória da inflação (índices oficiais em %)*



Juscelino passa a presidência a Jânio Quadros com uma inflação de 48% ao ano. Após a renúncia de Jânio, a pressão dos conflitos trabalhistas no governo João Goulart (foto) provocam uma onda de alta de preços. A inflação chega a 80% em 63 e, em 64, um golpe militar derruba o último governo eleito pelo voto direto.



O governo Geisel se inicia em 1974, com Mário Henrique Simonsen no Ministério da Fazenda. Continua o endividamento externo que proporcionou a construção de grandes obras, como a hidrelétrica de Itaipu (foto). Também é dada a partida no Proálcool, como resposta ao primeiro choque do Petróleo em 1973.

À custa do endividamento externo e da maciça transferência de renda do setor público para o setor privado — via subsídios e incentivos fiscais —, o país cresce. É o período do milagre econômico, tendo Delfim Neto à frente da administração da economia.

Em 1979, nova crise do petróleo no mercado internacional prenuncia o fim dos financiamentos externos. No início do governo Figueiredo, há um choque entre duas tendências econômicas: Simonsen, no Planejamento, defende um ajuste interno; Delfim, na Agricultura, opta pela manutenção do crescimento. A posição de Delfim vence e ele assume o Planejamento.

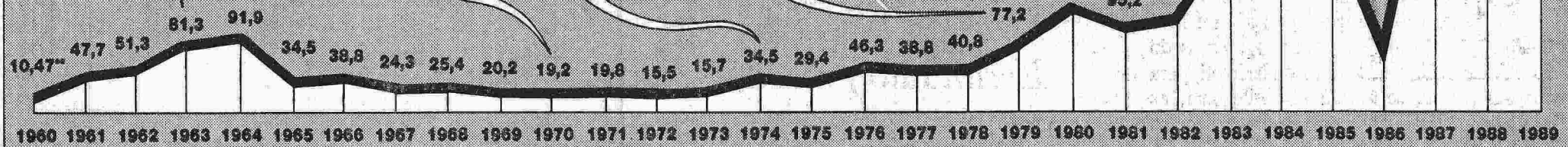
Inflação acumulada no período:

13.486.208.840,00

O governo Sarney assume em 85, faz três choques de congelamento na economia (foto) e a inflação bate todos os recordes históricos. O problema da dívida permanece e, por duas vezes, o pagamento aos credores é suspenso. Às vésperas da eleição, a inflação está chegando a 40% ao mês e persiste a ameaça de hiperinflação.



O setembro negro de 1982 marca o fim dos financiamentos externos. O país volta ao FMI e, em 1983, escreve sua primeira — de uma série de oito, só no governo Figueiredo — carta de intenções ao Fundo. O serviço da dívida exige a acumulação de reservas cambiais e o Brasil dá a partida em seu modelo exportador para gerar saldos comerciais que possibilitem o pagamento da dívida. A inflação acelera.



* Até 1984, a inflação oficial era medida pelo IGP. A partir daí, passaram a valer os índices do IBGE (IPC, INPC ou IPCA).

** Considerando apenas os meses de outubro, novembro e dezembro, já que a última eleição presidencial ocorreu em outubro de 1960.

*** Apenas o acumulado entre janeiro e novembro, estimando que neste último mês a taxa fique em 40%.